



---

SECÇÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2001

---

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA SECÇÃO**  
**E PRINCIPAIS CONCLUSÕES**

## ÍNDICE

### **NOTA PRÉVIA**

### **I - Secção EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2001**

1. Criação .....	4
2. Competências .....	4
3. Composição da Secção .....	5
4. Presidência .....	8
5. Cessação das Actividades .....	8

### **II - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS**

1. Reuniões Realizadas .....	9
2. Assuntos Analisados .....	9
3. Deliberações e Decisões .....	15
4. Presenças nas Reuniões .....	17

### **III - CONCLUSÕES**

### **Anexos**

## **NOTA PRÉVIA**

Ao longo da sua actividade, a Secção perdeu dois dos seus membros mais ilustres e experientes: os vogais representantes do Instituto Nacional de Estatística e da Confederação da Indústria Portuguesa, respectivamente, os Dr. Arnaldo de Matos Lopes e Eng.º Rui Nogueira Simões.

A sua memória é aqui respeitosamente invocada.

## **I - SECÇÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2001**

### **1. CRIAÇÃO**

A Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001 (SEAC-2001) foi criada pela aprovação da 140ª Deliberação – anexo G, do Conselho Superior de Estatística (em anexo), em Novembro de 1997. Assumindo como primeiro objectivo o acompanhamento dos XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, funcionou como a estrutura do CSE – órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional – com competência específica para a orientação global destes Recenseamentos.

### **2. COMPETÊNCIAS**

Como competências específicas da Secção, o plenário do CSE definiu os seguintes aspectos:

- a) *Apreciar, nos termos do artigo 24º da Lei nº 6/89, de 15 de Abril, o projecto de diploma que irá regulamentar os XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação;*
- b) *Acompanhar os trabalhos de preparação dos XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação através, nomeadamente, das orientações decorrentes da actividade das estruturas existentes neste âmbito – de carácter nacional e internacional;*
- c) *Orientar e coordenar o desenvolvimento dos XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação nas suas diversas fases de execução;*
- d) *Apreciar e aprovar o programa de divulgação dos dados a produzir (preliminares, provisórios e definitivos);*
- e) *Elaborar, em articulação com o INE, um relatório de avaliação final, apreciando a forma como se desenvolveram os trabalhos nestes Recenseamentos, nomeadamente os aspectos relativos ao controlo de qualidade da operação.*

Para além disso, a legislação que regulamenta os Censos 2001 (Decreto Lei nº 143/2000, de 15 de Julho, em anexo) reforça nos seguintes termos as competências da Secção (artigo 11º):

*A SEAC é o órgão superior de orientação e coordenação dos Censos 2001 competindo-lhe, designadamente:*

- a) Analisar e aprovar o programa dos recenseamentos e o respectivo plano de difusão dos resultados;*
- b) Acompanhar todo o processo de execução das várias actividades;*
- c) Proceder à sua avaliação final.*

### **3. COMPOSIÇÃO DA SECÇÃO**

No decurso dos trabalhos realizados integraram a Secção as seguintes **entidades** e respectivos **vogais**:

- Instituto Nacional de Estatística

Dr. Arnaldo de Matos Lopes  
Eng.º Vírgilio Caeiro Chambel  
Dr.ª Maria Lídia Barreiros  
Dr. Armindo da Silva Carvalho  
Eng.º Carlos Barradas Alves  
Prof. Doutor Fernando Chau

- Ministério da Justiça

Dr.ª Ana Maria Pereira Vaz  
Dr. Luís Cecílio Vidal Gonçalves  
Dr. João Tiago da Silveira  
Dr.ª Rita Brasil de Brito  
Dr.ª Assunção Cristas  
Dr. Pedro Duro Lopes

- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (ex-Ministérios do Trabalho e da Solidariedade, da Solidariedade e Segurança Social e para a Qualificação e o Emprego)

Dr. José António Sousa Fialho  
Dr.ª Maria João Costa Rebelo  
Dr. José Martins Pisco  
Dr.ª Albertina Duarte

Dr. Gilberto Claudino Antunes

- Ministério das Finanças (área do planeamento; ex-Ministérios do Planeamento e do Equipamento, Planeamento e Administração do Território)

Dr.ª Alda de Caetano Carvalho

Dr.ª Maria Manuela dos Santos Proença

- Ministério da Defesa Nacional

Tenente-Coronel Adérito Cardoso

Dr. Rogério Pereira Rodrigues

Dr. Cândido Abrantes

Dr. Bernardo Carnall

- Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (ex-Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Dr. António Ribeiro Gomes

Dr.ª Ivone Saramago Carvalho

- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

Dr. Fernando Manuel Pires Marques

Dr. Eugénio Garcia da Rosa

Dr.ª Catarina Morais de Oliveira

- União Geral dos Trabalhadores

Eng.ª João António Gomes Proença

Dr. Jorge Alves Pereira

Dr.ª Ana Paula Bernardo

- Associação Nacional dos Municípios Portugueses

Prof.ª Doutora Sílvia Calado Frazão

Dr. António Conde Rodrigues

Dr. António Fernandes

- Confederação da Indústria Portuguesa

Eng.ª Rui Nogueira Simões

Dr.ª Emília Catalão Espírito Santo

Eng.ª João Mendes de Almeida

- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Dr.ª Ana Cristina Vieira

Dr.ª Isabel Soares Francisco

- Associação Nacional para a Defesa do Consumidor (DECO)

Dr. Raul da Silva Pereira

Dr. Henrique Vasconcelos

- Governo Regional dos Açores

Dr. José Eduardo Machado Soares

Dr. Augusto Elavai

Eng.º André Teixeira de Oliveira

- Governo Regional da Madeira

Dr. João José da Silva Martins

Dr.ª Helena Gonçalves Santa-Rodrigues

Dr.ª Carlota Santos

Dr.ª Ângela Gouveia

- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Prof. Doutor Dinis Ferreira Pestana

Prof. Doutor José Cadima Ribeiro

Como **participantes** das entidades acima mencionadas estiveram ainda presentes:

Dr. Fernando Simões Casimiro (Instituto Nacional de Estatística)

Dr. José Castro Pinto (Instituto Nacional de Estatística)

Dr. António Brito Ramos (ex-Ministério para a Qualificação e o Emprego)

Dr.ª Gisela Maria Almeida (Ministério da Justiça)

Dr.ª Joana Lopes Carneira (Associação Nacional de Municípios Portugueses)

Dr. Paulo Vital Rosa (Confederação da Indústria Portuguesa)

Na qualidade de **convidados** participaram igualmente nas reuniões da Secção:

- Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)

Sr. Joaquim Cândido Leite Moreira

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

Eng.º Eduardo Cansado de Carvalho

- Secretaria de Estado da Habitação

Eng.ª Maria de Lourdes Alvarez

- Ministério da Educação

Dr. Joaquim Maia Gomes

#### **4. PRESIDÊNCIA**

A presidência da Secção foi, desde a reunião inicial, assegurada pela vogal efectiva da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Prof.ª Doutora Sílvia Frazão, eleita por unanimidade pelos restantes vogais.

#### **5. CESSAÇÃO DAS ACTIVIDADES**

Nos termos previstos no número 3 do anexo G. da 140ª Deliberação do CSE:

*“O mandato da Secção Eventual termina quando da apresentação dos dados definitivos dos XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação”.*

Para além disso, ainda de acordo com o número 4 da Deliberação acima mencionada:

*“No final do mandato o Presidente desta Secção deverá elaborar um relatório onde dará conhecimento da actividade da Secção e principais conclusões”,*

objectivo a que o presente Relatório pretende dar cumprimento.



## II - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 1. REUNIÕES REALIZADAS

A actividade da Secção decorreu entre 24 de Abril de 1998 e 30 de Setembro de 2003, período durante o qual tiveram lugar **33 reuniões**.

A distribuição anual das reuniões inclui-se no Quadro I, sendo notória uma maior actividade da Secção nos períodos de preparação e de execução dos trabalhos censitários, nomeadamente até ao ano de 2001.

QUADRO I

SEAC-2001: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE REUNIÕES

ANO	Nº DE REUNIÕES
1998	11
1999	8
2000	5
2001	5
2002	3
2003	1

### 2. ASSUNTOS ANALISADOS

Parte significativa das reuniões foi dedicada à análise de questões de fundo, como seja a legislação de suporte à realização dos Censos, o Programa Global e o Plano de Difusão dos recenseamentos; de forma permanente foram, por outro lado, referidos ao longo das diferentes fases de evolução do projecto os aspectos de natureza organizativa, incluídos como pontos de informação na quase totalidade das reuniões realizadas.

## QUADRO 2

### SEAC-2001: ACTIVIDADE DESENVOLVIDA POR REUNIÃO

REUNIÕES	ACTIVIDADE DESENVOLVIDA	OBSERVAÇÕES
1ª <u>24 de Abril de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eleição do Presidente da Secção.</li> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (cartografia de apoio, contactos com as Autarquias, etc.).</li> <li>▪ Análise do ante-projecto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2001.</li> </ul>	A Secção decidiu convidar a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para participar nas reuniões a realizar, como entidades convidadas.
2ª <u>27 de Maio de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuação da análise do ante-projecto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2001.</li> </ul>	O MNE iniciou a sua participação nas reuniões da Secção.
3ª <u>23 de Junho de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conclusão da análise do ante-projecto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2001.</li> <li>▪ Apresentação do projecto de Programa Global dos Censos 2001; com vista a uma ampla discussão do documento, o mesmo foi enviado para parecer a Centros de Investigação e disponibilizado no site do INE na Internet para recolha de sugestões junto dos utilizadores. Os vogais da Secção procederam à recolha interna de contributos junto das respectivas entidades.</li> </ul>	Aprovação da 154ª Deliberação do CSE
4ª <u>30 de Setembro de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (teste aos questionários, utilização de leitura óptica, etc.).</li> <li>▪ Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com a unidade estatística “edifício”.</li> </ul>	
5ª <u>28 de Outubro de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (teste aos questionários, em execução).</li> <li>▪ Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com as unidades estatísticas “edifício” e “alojamento”.</li> </ul>	
6ª <u>4 de Novembro de 1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com as unidades estatísticas “família” (clássica e institucional) e “indivíduo”.</li> </ul>	

7ª <u>18 de</u> <u>Novembro de</u> <u>1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com a unidade estatística “indivíduo”.</li> </ul>	Ficou acordado que estariam presentes em próximas reuniões, representantes da Secretaria de Estado da Habitação (SEH) - para análise de questões relativas ao “edifício” e “alojamento”, e do Ministério da Educação – para discussão de questões ligadas com o “ensino”.
8ª <u>25 de</u> <u>Novembro de</u> <u>1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com a unidade estatística “indivíduo”.</li> </ul>	
9ª <u>2 de</u> <u>Dezembro de</u> <u>1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com a unidade estatística “indivíduo”.</li> </ul>	
10ª <u>9 de</u> <u>Dezembro de</u> <u>1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos relacionados com a unidade estatística “indivíduo”.</li> </ul>	
11ª <u>16 de</u> <u>Dezembro de</u> <u>1998</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões.</li> </ul>	Esteve presente o vogal do Ministério da Educação (Dr. Joaquim Maia Gomes)
12ª <u>6 de Janeiro</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões (continuação).</li> </ul>	
13ª <u>13 de Janeiro</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões; conclusão da análise de aspectos relativos a “família” e “indivíduo”.</li> </ul>	

14ª <u>19 de Janeiro</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões; aspectos relativos a “edifício” e “alojamento”.</li> </ul>	Estiveram presentes os representantes da SEH (Eng.ª Lourdes Alvarez) e do LNEC (Eng.º Eduardo Cansado de Carvalho)
15ª <u>27 de Janeiro</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões; aspectos relativos a “edifício” e “alojamento”; conceito de “desemprego – sentido lato e restrito”; ponto 5 do projecto de documento.</li> <li>Plano de Difusão dos Censos 2001 – definição da metodologia de análise do documento.</li> </ul>	
16ª <u>10 de Março</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (2º teste aos questionários).</li> <li>Conclusão da análise do projecto de Programa Global dos Censos 2001 – questões que ficaram pendentes em anteriores reuniões; aspectos relativos a “edifício” e “alojamento”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Esteve presente o representante do LNEC (Eng.º Cansado de Carvalho)</li> <li>Aprovação da 1ª Decisão da Secção</li> </ul>
17ª <u>17 de Março</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (legislação; resultados do 1º teste aos questionários).</li> <li>Análise do projecto de Plano de Difusão dos Censos 2001 – resultados preliminares, provisórios, definitivos e “ficheiro síntese”.</li> </ul>	
18ª <u>31 de Março</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (2º teste aos questionários, em execução).</li> <li>Conclusão da análise do projecto de Plano de Difusão dos Censos 2001 – questões de detalhe e níveis de acesso à informação.</li> </ul>	Aprovação da 2ª Decisão da Secção
19ª <u>25 de Junho</u> <u>de 1999</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (2º teste aos questionários, já concluído).</li> <li>A observação das “Deficiências” nos Censos 2001.</li> </ul>	Aprovação da 3ª Decisão da Secção
20ª <u>25 de Janeiro</u> <u>de 2000</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (legislação, realização do seminário de apresentação dos Censos 2001, etc.).</li> <li>Apresentação das propostas da Campanha de Comunicação para os Censos 2001.</li> </ul>	A ANAFRE iniciou a sua participação nas reuniões da Secção.

<p>21ª <u>29 de Março de 2000</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (legislação, Campanha de Publicidade, seminário, inquérito piloto, etc.).</li> <li>▪ Análise do Programa de Controlo e Avaliação da Qualidade dos Censos 2001.</li> </ul>	
<p>22ª <u>10 de Maio de 2000</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2001 (logotipo, seminário, inquérito piloto, etc.).</li> <li>▪ Reapreciação de algumas questões com alterações de fundo incluídas no Programa Global dos Censos 2001.</li> </ul>	<p>Estiveram presentes os representantes da SEH (Eng.ª Lourdes Alvarez) e do LNEC (Eng.ª Eduardo Cansado de Carvalho)</p>
<p>23ª <u>17 de Maio de 2000</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise de novas questões colocadas pela Secretaria de Estado da Habitação (relativas a "edifício" e "alojamento").</li> </ul>	<p>Estiveram presentes os representantes da SEH (Eng.ª Lourdes Alvarez) e do LNEC (Eng.ª Eduardo Cansado de Carvalho)</p>
<p>24ª <u>26 de Junho de 2000</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Análise da variável derivada "estado de conservação do edifício".</li> </ul>	<p>Estiveram presentes os representantes da SEH (Eng.ª Lourdes Alvarez) e do LNEC (Eng.ª Eduardo Cansado de Carvalho)</p>
<p>25ª <u>12 de Março de 2001</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de execução dos Censos 2001 – acompanhamento da fase de distribuição dos questionários.</li> </ul>	
<p>26ª <u>4 de Abril de 2001</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de execução dos Censos 2001 – acompanhamento da fase de recolha dos questionários, questões ligadas à confidencialidade dos dados, informação sobre deficiência e formas de retribuição aos recenseadores em situações particulares.</li> <li>▪ Definição de procedimentos futuros a adoptar pela secção na análise de propostas de alteração aos limites territoriais definidos – questão analisada na sequência da exposição apresentada à SEAC-2001 pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha.</li> </ul>	<p>O mecanismo a adoptar em futuras situações que venham a verificar-se foi definido no documento DOCT/640/CSE/AC (incluído em anexo à acta).</p>
<p>27ª <u>9 de Maio de 2001</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de execução dos Censos 2001 – acompanhamento da fase final de recolha dos questionários, do desenvolvimento do Inquérito de Qualidade, etc.</li> </ul>	

<p>28ª <u>22 de Junho</u> <u>de 2001</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação dos Resultados Preliminares dos Censos 2001 – especial incidência nos aspectos mais relevantes a nível nacional, regional e das grandes tendências segundo algumas variáveis.</li> </ul>	<p>Os vogais da SEAC visitaram as instalações do Lumiar onde decorreu a operação de leitura óptica dos questionários.</p>
<p>29ª <u>3 de Outubro</u> <u>de 2001</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de execução dos Censos 2001 – processo de tratamento dos dados, acompanhamento do cronograma e respectiva execução.</li> <li>▪ A Secção tomou conhecimento de um esclarecimento enviado pela Presidente (acompanhado de uma nota técnica do INE) na sequência de um pedido apresentado pela Assembleia de Freguesia de Moita do Norte.</li> <li>▪ Apresentação dos Resultados Provisórios do Inquérito de Qualidade dos Censos 2001 – informações relativas a taxas de cobertura das diferentes unidades estatísticas inquiridas, a nível regional.</li> </ul>	
<p>30ª <u>17 de Janeiro</u> <u>de 2002</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos de execução dos Censos 2001 – processo de registo e tratamento da informação.</li> <li>▪ Apresentação dos Resultados Provisórios dos Censos 2001 – análise comparativa por unidade estatística, tendo por referência os Censos 91; foram igualmente referidos os aspectos de maior relevância a nível regional.</li> </ul>	
<p>31ª <u>31 de Janeiro</u> <u>de 2002</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação dos Resultados Provisórios dos Censos 2001 relativos a “Deficiências” – aspectos fundamentais observados a nível nacional e regional, por tipo de deficiência e grau de incapacidade.</li> </ul>	
<p>32ª <u>18 de Outubro</u> <u>de 2002</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação dos resultados definitivos dos Censos 2001; destaque para as principais tendências em termos das unidades estatísticas inquiridas, a nível geográfico e em termos evolutivos, tendo igualmente por cenário a comparação com os Censos 91.</li> </ul>	
<p>33ª <u>30 de</u> <u>Setembro de</u> <u>2003</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação das publicações “Inquérito de Qualidade” e “Antecedentes, Metodologia e Conceitos” dos Censos 2001.</li> <li>▪ Apreciação do Relatório Final dos Censos 2001, apresentado pelo INE elaborado nos termos da alínea e) do nº 2 do anexo G da 140ª Deliberação do CSE.</li> <li>▪ Aprovação do Relatório de Actividades da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001, elaborado nos termos do nº 4 do anexo G da 140ª Deliberação do CSE.</li> </ul>	<p>Aprovação da 4ª Decisão da Secção</p>

### **3. DELIBERAÇÕES E DECISÕES**

No decurso da sua actividade e como resultado da análise relevante realizada, a Secção aprovou os seguintes documentos decisórios:

- **154ª Deliberação do CSE** – Projecto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2001 (Deliberação em anexo).

A Secção apreciou favoravelmente o projecto de Decreto-Lei, sem prejuízo de deixar para as entidades com competência nas respectivas matérias a análise dos aspectos não enquadráveis no âmbito do artigo 24º da Lei nº 6/89, de 15 de Abril.

- **1ª Decisão da Secção** – Programa Global dos Censos 2001 (Decisão em anexo).

A Decisão sintetiza a análise detalhadamente desenvolvida pela Secção em torno do documento apresentado pelo INE. O Programa foi objecto de apreciação favorável, tendo a Secção dirigido, em simultâneo ao INE e ao plenário do CSE, um conjunto de recomendações, designadamente:

- a realização mais frequente de estatísticas intercensitárias, reduzindo a periodicidade actualmente registada nalgumas áreas;
- a produção de estatísticas que actualmente constituem lacunas no actual Sistema de Informação Estatística e que os utilizadores consideram da maior relevância para o acompanhamento de novas realidades;
- o aprofundamento de alguns projectos estatísticos já integrados no SEN, permitindo a obtenção de informação adicional;
- a realização regular de alguns dos inquéritos actualmente executados com um carácter pontual.

A Secção detalhou a título exemplificativo todas as propostas apresentadas.

- **2ª Decisão da Secção** – Plano de Difusão dos Censos 2001 (Decisão em anexo).

O documento foi, na sequência da introdução de diversas propostas, apreciado favoravelmente pela Secção.

- **3ª Decisão da Secção** – A observação das Deficiências nos Censos 2001 (Decisão em anexo).

Perante a proposta apresentada pelo (então) Ministério do Trabalho e Solidariedade relativa à inclusão nos Censos 2001 de questões relativas a deficiências e

acessibilidades, a Secção reiterou a posição, oportunamente expressa quando da análise do Programa Global, de considerar que uma operação censitária não constituía o foro adequado para a recolha de informação deste teor, não obstante a sua relevância social. Fundamentando tecnicamente a sua opção, a Secção decidiu assim:

- emitir parecer desfavorável sobre a inclusão de variáveis relacionadas com deficiência nos Censos 2001, considerando que a realização com carácter regular do Inquérito Nacional à Deficiência constituía uma alternativa mais viável para obtenção daquela informação (de acordo com a sua 1ª Decisão, anteriormente aprovada);
  - sensibilizar o Governo para a fraca qualidade que a referida informação teria se recolhida através dos Censos 2001, podendo este aspecto ter inclusive implicações na qualidade global dos restantes dados.
- **4ª Decisão da Secção** – Relatórios finais apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística e conclusão dos trabalhos da Secção (Decisão em anexo).

Este documento sintetiza a apreciação global da Secção relativamente aos documentos finais apresentados, a aspectos relacionados com a operação censitária e à sua própria actividade:

- a) apreciação favorável dos documentos: “Inquérito de Qualidade”, “Antecedentes, Metodologia e Conceitos” e “Relatório Final dos Censos 2001” apresentados pelo INE. Foi salientado, neste mesmo contexto, o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Instituto durante os trabalhos de preparação, execução e divulgação dos Censos 2001, e de forma particular pela preocupação demonstrada em relação aos aspectos relacionados com o controlo de qualidade da informação;
- b) aprovação do presente Relatório de Actividades, bem como dos aspectos conclusivos que o integram;
- c) no momento em que a sua actividade foi formalmente extinta, lembrou o INE e o plenário do CSE da necessidade de serem devidamente equacionadas as recomendações constantes das suas 1ª e 3ª Decisões, em tempo aprovadas.

O Secretariado do CSE realizará o acompanhamento do grau de implementação destas recomendações, dele dando conta como informação ao plenário do Conselho.



#### 4. PRESENCAS NAS REUNIÕES

QUADRO 3

SEAC-2001: PRESENCAS NAS REUNIÕES (1998-2003)

<u>ENTIDADES</u>	<u>PRESENCAS</u>	<u>AUSÊNCIAS</u>
<b><u>ENTIDADES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</u></b>		
INE ***	33	0
M. FINANÇAS <sup>(1)</sup> *	32	1
M. JUSTIÇA	29	4
M. SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO <sup>(2)</sup> **	33	0
M. DEFESA NACIONAL ****	20	13
M. NEGÓCIOS ESTRANG. E COM. PORTUG. <sup>(3)</sup> *	8	23
<b><u>GOVERNOS REGIONAIS</u></b>		
G.R. MADEIRA *	9	24
G.R. AÇORES *	21	12
<b><u>CONFEDERAÇÕES</u></b>		
CGTP	20	13
UGT *	26	7
CIP **	30	3
CCP	30	3
<b><u>OUTRAS ENTIDADES</u></b>		
UNIVERSIDADES	25	8
DECO	29	4
ANMP	33	0
<b><u>CONVIDADOS</u></b>		
ANAFRE	14	0
LNEC	5	0
SEH	4	0
M. EDUCAÇÃO	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>402</b>	<b>115</b>

Notas:

- Os asteriscos correspondem ao número de reuniões em que a entidade se fez representar apenas por observadores.

(1) Inclui as representações dos ex-Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e do Planeamento.

(2) Inclui as representações dos ex-Ministérios para a Qualificação e o Emprego, da Solidariedade e Segurança Social e do Trabalho e Solidariedade.

(3) Inclui a representação do ex-Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### **III - Conclusões**

#### **ACTIVIDADES DA SECÇÃO**

Os trabalhos da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001 decorreram de uma forma dinâmica e muito participada, acompanhando e orientando as diversas fases de preparação e de execução dos Censos 2001.

Verificou-se uma participação activa na reformulação de documentos de fundo, através da apresentação de propostas de melhoria que, na sequência de um amplo debate foram de forma significativa consideradas nas versões finais dos documentos – casos da legislação de suporte aos recenseamentos, do Programa Global, do Plano de Difusão, etc.

Para além dos representantes permanentes que integraram a Secção Eventual, foram convidados peritos de áreas específicas em que se tornava necessária uma abordagem eminentemente técnica de algumas matérias – casos da educação ou de variáveis ligadas com as unidades estatísticas “edifício” e “alojamento”; como entidade convidada com carácter de “residente” colaborou a Associação Nacional de Freguesias.

O debate detalhado realizado em torno de documentos técnicos possibilitou ainda aos vogais o conhecimento da existência de fontes alternativas, bem como, percepcionarem com maior acuidade a natureza técnica de uma operação censitária, levando-os a concluir pela necessidade de ultrapassar alguns défices existentes através de operações de outro tipo.

#### **APRECIAÇÃO DA OPERAÇÃO CENSITÁRIA PELA SECÇÃO**

Em termos globais, a Secção classificou como bastante positiva a forma como decorreram os Censos 2001; este balanço favorável incidiu não só sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios e de execução dos recenseamentos, como também dos resultados obtidos através desta operação estatística e da preocupação com o processo de controlo e de avaliação da qualidade da informação recolhida.

Os prazos previstos no cronograma relativamente à divulgação da informação foram cumpridos em duas das fases – resultados preliminares e provisórios – e antecipados no que respeita à divulgação dos resultados definitivos.

Segundo a Secção, para o êxito desta operação estatística contribuíram de forma significativa a colaboração e o posicionamento institucional do INE que, atendendo às

características da informação em causa, procurou realizar um debate alargado e consensual em torno das propostas apresentadas pelos utilizadores; para além disso, foi possível constatar, face a anteriores recenseamentos, o maior cuidado que foi dado a todo o trabalho de preparação e de planeamento.

Dos trabalhos desenvolvidos ao longo do conjunto de reuniões realizadas e, sem prejuízo da avaliação positiva que foi em diversas situações salientada pelos vogais, foram igualmente evidenciados aspectos merecedores de uma reflexão mais aprofundada, quer pelo INE, quer pelo próprio CSE. Destacam-se a este nível:

- formato de realização dos próximos recenseamentos – entrevista directa/ aproveitamento de actos administrativos para fins estatísticos. A questão merece uma reflexão profunda, não só pelos vários constrangimentos que ainda se colocam (a nível legal e de viabilidade técnica para o aproveitamento de ficheiros), como pela realização de uma análise custo/benefício de cada uma das opções e pela profunda preparação que implicará uma alteração da metodologia tradicionalmente adoptada;
- necessidade de uma melhor exploração de fontes alternativas para a obtenção de informação que, pelas suas características, não seja enquadrável numa operação como os Censos (a aprovação da 1ª Decisão da Secção liga-se estreitamente com este aspecto);
- importância de que venha a ser aumentada a produção de estatísticas intercensitárias, reduzindo a periodicidade actualmente registada nalgumas áreas;
- necessidade de ser realizado um melhor acompanhamento de novas realidades a que a actual produção estatística do SEN não tem conseguido dar resposta de forma exhaustiva; por aqui passará o aprofundamento de estatísticas já existentes, a alteração da periodicidade de recolha de alguma informação e a recolha de dados que actualmente constituem lacunas no âmbito do Sistema;
- informação relativa a “Deficiências e Acessibilidades” – não obstante o parecer negativo da Secção, fundamentado em pressupostos de carácter técnico, foi imposta ao INE a recolha de informação nesta área, através da legislação que regulamentou a realização dos Censos 2001. Quando da divulgação dos resultados provisórios destes dados, a Secção reiterou a sua anterior posição de que, atendendo ao carácter sensível desta informação, um recenseamento não constitui o foro adequado para a sua recolha, devendo ser equacionada a realização com um carácter regular do “Inquérito Nacional à Deficiência”.

Este conjunto de aspectos deverá ser objecto de reflexão no âmbito do CSE, de forma a que a experiência obtida através da actividade da Secção Eventual para o Acompanhamento dos Censos 2001 possa vir, de futuro, a ser devidamente aproveitada.

## **ANEXOS**

- **140ª Deliberação do CSE – Anexo G** – Criação da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2001
- **154ª Deliberação do CSE** – Projecto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2001
- **Ministério do Planeamento - Decreto-Lei nº143/2000, de 15 de Julho** – Estabelece as normas dos Censos 2001
- **1ª Decisão da Secção** – Programa Global dos Censos 2001
- **2ª Decisão da Secção** – Plano de Difusão dos Censos 2001
- **3ª Decisão da Secção** – A observação das Deficiências nos Censos 2001
- **4ª Decisão da Secção** – Relatórios Finais apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística e conclusão dos trabalhos da Secção